

ATA DA 558ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS (CES-MG), dia 08 de Março de 2021 (sexta - feira), horário: 9h às 17h na plataforma virtual. Ederson Alves da Silva, Vice-presidente CES-MG iniciou a reunião felicitando as mulheres pelo seu dia, repudiou a cultura machista, enfatizou a preocupação com os cuidados as mulheres. Em seguida foi feita a apresentação dos outros membros da Mesa Diretora: Lourdes Machado, Secretaria Geral, representante do CRP, que também felicitou as mulheres, falou da importância das mulheres nas decisões políticas, parabenizou em especial às mulheres mineiras psicólogas, e também as mulheres que estão “na linha de frente” ao combate do COVID 19. Renato Barros, 1º Secretário, saudou á todas as mulheres pelo o papel “tão importante” que exercem, principalmente em situação de pandemia. Marília Aparecida, 2ª diretora de comunicação, também enfatizou a força das mulheres. Pedro Cunha, Luciene Reis CRO, Glayson Barbosa CRO, que frisou a desigualdade financeira, e a luta pela igualdade de direito das mulheres. Ederson apresentou a pauta da reunião (9h às 9h20min - Informes das Conselheiras e dos Conselheiros, e Mesa Diretora do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais. 9h20min às 09h30min – Apreciação e aprovação das Atas (abril, outubro e extraordinária de outubro de 2020). 09h30min às 12h – Apresentação da implementação das propostas e diretrizes deliberadas na 1ª-Conferência Estadual de Saúde das Mulheres (CESMu).10h30min às 10h45min – Intervalo.12h às 14h – Almoço.14h às 15h – Situação Epidemiológica e o Panorama da Vacinação contra a Covid-19.15h às 15h15min – Intervalo.15h15min às 18h – Apreciação e Deliberação do projeto do Centro Mineiro de Controle de Doenças, Ensino, Pesquisa e Vigilância em Saúde do Estado de Minas Gerais (CMC). Pedro Cunha solicitou como ponto de pauta a reunião entre Ministério Público, SES e, sobre a questão de Reorganização Social do Hospital Antônio Dias da rede FHEMIG. Ederson reforçou que já existe deliberação do CES MG “contra” (reunião contra a O.S em 14/10/2019-) e acrescentou que foi convocada uma reunião da Mesa Diretora com MP, na pessoa da Drª Joseli, SES representada pela assessora de chefe de gabinete e o Presidente da FHEMIG, Drº Fábio, para o cumprimento da deliberação do CES (suspensão do Edital de implantação da O.S e ajuizar esta ação pública). Informes dos Conselheiros e Conselheiras: Foram feitas as inscrições: Roberto Sant’ana, informou que na região de Lafaiete, agradeceu ao MP por garantir a participação do conselho nas reuniões da macro regional. Leida Maria informou do manifesto da rede nacional de inter-núcleos da luta anti-manicomial quanto a nomeação do novo coordenador de saúde mental, psiquiatra a favor de tratamento com eletrochoque e das respostas às denúncias recebidas pelo CES. Lourdes Machado informou que está sendo construído um relatório á respeito de várias denúncias relacionada ao tratamento de eletrochoques, pediu relatos consolidados e efetivos por parte da SES (Lígia), frisou sobre a importância da discussão da política de saúde mental, e da necessidade de uma pauta direcionada ás várias consequências de danos da saúde mental em relação ao

confinamento devido a pandemia. “Eduardo Araújo falou sobre o aumento de óbitos por Covid-19 em Uberlândia (1233 óbitos até o momento), e que O.S ‘é corrupção”. Rubens Silvério, coordenador da Câmara Técnica de Comunicação e Informação, frisou a extrema necessidade da participação de todos nos trabalhos, disse que seriam disponibilizadas as atas das reuniões para conhecimento de todos os conselheiros, para que a luta em defesa do SUS seja mais efetiva, parabenizou as mulheres. Terezinha de Oliveira Rocha solicitou auxílio do CES MG para acionar a Secretaria de Transporte Coletivo da área metropolitana, devido a precariedade no transporte (ônibus lotados). Solicitou também a possibilidade de uma reunião com representantes do município de Neves, portaria 2 pois o presídio de Neves tem necessidade de mais consultas oftalmológicas. Aletéia D'Alcântara informa que em relação à Covid, houve aumento de óbitos no triângulo sul, que Hospitais estão sem vagas, que em algumas cidades estão acontecendo manifestação de comerciantes para funcionar, ocasionando aglomeração de pessoas. Disse ainda que, não há transparência quanto à capacidade de atendimento médico, que é necessário uma prestação de contas transparente. Pádua enfatizou o reconhecimento dos valores das mulheres. Informou que a câmara Técnica CISTT (reunião ampliada), dentre vários temas, enfatizou a saúde do trabalhador e da trabalhadora do estado da Bahia. No ensejo, ficou definido que na próxima reunião, estão convidados para participar todos os CMS e Cerests para alinhamentos pertinentes. Rômulo Luiz complementou que ficou muito satisfeito com os reunião entre a CISTT e SES. Ederson informa á Terezinha que, quanto ao paciente “preso” com problemas visuais, foi solicitado os dados de identificação do mesmo para envio de ofício (confirmado pela Graziela que foi enviado) para verificação do caso (Terezinha informou que houve marcação de situação dos “ônibus lotados”, que o CES poderá intermediar uma reunião com o Conselho Municipal para discussão. Ederson respondeu á Aletéia que foi encaminhado à situação de Araxá e solicitado envio de ofícios sobre o citado para a SES, Conselho Municipal e Secretaria de Araxá (no aguardo de resposta). Foram aprovadas, em regime de votação, as ATAs de Reuniões Ordinárias dos meses de Abril e Outubro e também Extraordinária de Outubro. Gláucia Batista disse que no dia Internacional das Mulheres, 08/03/2021, que se tem pouco a comemorar. Enfatizou a “luta por mais vacinas para todos e todas, por mais SUS, mais seguridade social e segurança alimentar, nutricional. Falou sobre a mortalidade materna, mortalidade de jovens negros, trans, atingidas por rompimento de barragens e que os governantes não estão cumprindo a Constituição Brasileira. Citou que já são 260 mil mortos por COVID 19 (genocídio), da falta de EPIs para as profissionais de saúde, dos planejamentos que não foram executados. Falou também do drama dos profissionais da saúde presenciando as mortes dos pacientes, trabalhando em situações precárias. Relatou todos os direitos de mulher em todos os seus parâmetros legislativo executivos e deliberativos. Relatou todo o sofrimento e indignação, detalhando as várias situações de fragilidade legal, moral e político que agride e ofende diretamente essas mulheres. Relatou os dados numéricos de mortes, atendimentos médicos e a ausência de cuidados voltados para a ideia de que “quem ama, não mata”.

Enfatizou ainda a cobrança de cadeias de custódias. O representante da SES Gian Gabriel se apresentou e parabenizando as mulheres e passou a palavra para Daiana Carvalho SES - Coordenação materno-infantil, apresentou o plano de atividades realizadas em prol da saúde das mulheres. Após a apresentação foram feitas as inscrições para o debate. Geraldo Heleno questionou os índices do aumento da mortalidade infantil, sobre a testagem para sífilis, acresceu que ainda tem de haver muita melhora nos cuidados com a saúde. Glaucia questionou sobre o papel da enfermeira obstétrica, a dificuldade para colocar o DIU, entre várias outras ações que poderiam ser descentralizadas na atenção primária em saúde, comentou sobre os exames de sífilis, que não observou capacitação e descentralização. Falou do Centro Mais Vida, que falta coordenador de saúde do idoso no SES, quanto ao Centro de Parto Normal não recebe recurso público. Marília falou no Hospital Sofia Feldman (unidade Padre Eustáquio) estão sendo realizados procedimentos de inserção do DIU, Papanicolau, ultrassom obstétrico para mulheres do município e também de todos Estado e reforçou algumas ações realizadas junto ao mesmo. Leida frisou o atendimento das mulheres em seu território, para que não tenha grandes deslocamentos e questionou sobre como está distribuída no Estado a ação do parto humanizado. Maria Alves ponderou o tratamento da saúde, priorização do SUS, disse que somente o SUS suporta situações como a atual e como está sendo feito o tratamento do Covid, inclusive populações distantes, pessoas com problemas cardíacos, câncer e outros que sofrem gradativamente com essas e outras doenças, questionou da prioridade das Comunidades tradicionais na vacinação, mas na prática isso não acontece, pois “temos um Brasil com mais de 200 milhões de pessoa aonde as doses de vacina até hoje aplicadas, se tratando da quantidade de população que nós temos é praticamente insignificante”. frisou ainda a violência doméstica ou tantas outras situações, de como estão sendo tratadas, que o Conselho Estadual tem um papel fundamental, tem a capacidade e credibilidade de lidar com essas questões. Maria da Penha questionou sobre como os indicadores estão sendo passados para SES, de que forma estão sendo feitos os registros. Terezinha falou da preocupação com as mulheres dos interiores pois há mais dificuldade de acesso que é ainda maior que os das grandes cidades, questionou sobre como é esse tratamento diferenciado para as mulheres com deficiência, disse que os profissionais ainda tem dificuldade na linguagem, citou o caso de uma amiga que não pode realizar exame ginecológico por se obesa, não tinha maca apropriada, disse que ainda tem muita deficiência no atendimento tanto físico como humano, completou dizendo que em aguardo por atendimento no Hospital Risoleta Neves teve muita dificuldade para usar o banheiro por falta de acesso, elogio os Conselhos de Saúde, em especial, “parabéns na pessoa do presidente, que eu considero o Ederson o nosso Presidente e a todos Conselheiro aí pelo a luta da Defesa do direito da saúde no geral”. Daiane respondeu aos questionamentos: Frisou a fala da Leida sobre as questões relacionadas ao fortalecimento do SUS. Disse que quanto ao papel da enfermeira obstétrica dentro dessa rede, esta sendo feita à reorganização buscando a qualidade da assistência, redução da mortalidade materna e infantil, disse que a valorização da mudança de modelo assistencial

conforme deliberação realizada em setembro de 2020, traz o papel de cada ponte de atenção, frisando o papel deste profissional. Quanto à inserção do DIU, “é uma pauta muito polêmica”, disse que o MS soltou uma nota cancelando uma nota anterior onde o profissional da enfermagem poderia executar o procedimento, mas por nota técnica também, o COREN se posicionou falando que não cabe ao Ministério, induzir ou falar o que uma classe profissional tem que fazer, assim o Ministério da Saúde não deixou muito claro qual é o seu posicionamento. Quanto ao exame de Sífilis, são realizados testagens rápidas em gestantes, o que garante o diagnóstico precoce para assistência e tratamento, disponibilização de medicamentos, informes e boletins aos gestores para a elaboração de normas técnicas e preventivas para o controle da doença. Quanto aos dados passados a SES, cada município registra as informações (via sistemas elaborados pelo MP) pelos profissionais da saúde sendo diagnósticos, tratamentos, procedimentos ou óbitos (SISTEMA DE INFORMAÇÕES). Quanto ao Centro Mais Vidas ficou pendente uma resposta. Sobre as Casas de Partos Normais, que são financiadas pelo MS, cada município deve procurar saber os procedimentos disponibilizados pela SES para obter a habilitação dessa ação. Sobre os partos normalizados, foi trago para todas as diretrizes informações de que, o que cada instituição tem de ofertar, deve haver uma preconização entre outros. Sobre o acesso a gestantes deficientes, o objetivo da rede materno infantil é garantir o tratamento integral para todas as gestantes conforme cada necessidade. Ederson acrescentou que foi excelente apresentação referente à apresentação da CIB que será disponibilizado o link para as conselheiras e os conselheiros acompanhar apresentação em março, também, que a comissão de mulheres sob a coordenação da Gláucia em seu exercício poderá fazer apresentação dos dados de 2019 e também a parcial já de 2020. Lourdes falou da câmara de Gestão e Força do Trabalho, parabenizou os trabalhos da Comissão de Mulheres dirigida pela Gláucia. Na parte da tarde todos se apresentarão. Janaina Passos (SES) apresentou os dados do Cenário Epidemiológico (COVID 19). Ederson frisou a preocupação do CES com o aumento da ocupação dos leitos nas regiões, algumas regiões chegaram a 100%, outras estão em média de 70%, inclusive sobre os prefeitos das regiões metropolitanas estarem reunidos para verificar uma decisão conjunta sobre o funcionamento de apenas serviços essenciais, questionou se tem algum planejamento mais estratégico do governo de Minas Gerais. Gláucia questionou o que o Governo está fazendo para resolver a situação, falou sobre o caos em Minas Gerai, falou da necessidade de aumentar número de leitos, UTIs, que apenas os Prefeitos não resolveriam a situação, citou o atraso das vacinas da FUNED, disse que tem notícias de que vários Municípios não estão seguindo os critérios de vacinação. Gleison Barbosa questionou quanto a as prioridades em relação à vacinação principalmente no que diz respeito aos trabalhadores, disse que mesmo no setor público e ainda mais setor privado os profissionais de Odontologia tem questionado quanto à imunização, que existe uma autonomia de decisão, apesar dos critérios de prioridade, mas que a decisão está a cargo dos Municípios e que esses profissionais estão sendo “renegados” na priorização da vacina, que esses profissionais atuam em

ambientes extremamente nocivos e que até mesmo por nota técnica, a SES poderia informar sobre critérios mais claros á respeito de prioridades. Roberto Sant’ana questionou sobre qual é a dificuldade de realizar uma campanha de informação e orientação e alerta a população até hoje, disse que nos meios de comunicação não vê a atuação do Estado, questionou se o Plano Nacional de Vacinação “vai decolar”, se as 178 milhões de doses que o Ministério vai comprar sem contrato, há garantias? Questionou se existe um “plano B” e o porquê de o Estado não está mais presente junto aos Municípios. Maurício Silva falou sobre incentivar a FUNED para realização de uma vacinação em massa, que o Sistema Epidemiologia de MG possa alcançar todas as faixas etárias, idosos, deficientes e pacientes de patologia, principalmente os transplantados devido as sua vulnerabilidade. Lourdes fez três considerações, disse que preocupação tem que ser com a população, que em Minas a população está um pouco desinformada é em relação ao governo do estado, que perguntas frequentes são muito sobre protocolos sanitários, por exemplo; Eu tenho que ir para utilizar o álcool em gel, mas eu preciso lavar todo produto que vem do supermercado? É perigoso comprar pão na padaria? Tenho que trocar os sapatos sempre que chego em casa? Disse que são ações simples que poderiam ser informadas a população por meios de cartilhas, podcast até para facilitar aqueles que não utilizam redes sociais. Falou da desconsensualização na distribuição das vacinas para os profissionais de saúde em cada município, que deveria existir uma diretriz do Ministério da Saúde, que o Governo deve “tomar as rédeas” da situação. Janaina respondeu aos questionamentos; Informou que foi instalado o sistema que se chama “Onda Roxa” que é o sistema de lockdown, medida mais restritiva, que é uma onda que não é por opção do município, que não é como o Plano Minas Consciente, é uma determinação do Governo do Estado de Minas Gerais para regiões que por análise de indicadores críticos epidemiológicos assistenciais se encontra em situação que precisa de medidas mais restritivas de organização das suas atividades econômicas. Informou que houve reuniões com as macrorregiões triângulo norte e noroeste, para que essas medidas fossem adotadas por de 14 dias necessitando desse período para visualização de uma diminuição da disseminação da doença. Foi apresentado pelo presidente da Funed, a Proposta CMC Ezequiel Dias. Dario esclareceu e citou as fundações de apoio em produção das vacinas (privadas), não são vinculadas á FUNED. Érico questionou se haveria a criação de uma Fundação privada. Roberto Sant’Ana frisou que o estado tem de estar focado na situação do Covid, que esta faltando planejamento. Renato Barros fala que o que está sendo proposto pelo governo, não teve deliberação do CES, sugeriu não ser criado o CMC, que deve ser mantido o caráter público. Foi dito alguns conselheiros que deverá ser feitas novas discussões no futuro, quando o estado estiver em condições de atender suas instituições. Gláucia frisou sobre a “quebra do pacto com o CES pela SES quando enviou para a Assembleia Legislativa sem passar pelo CES, comentou que não há necessidade de CMC, pois o SUS é muito mais avançado. Lourdes questionou quanto á proposta ter sido encaminhado para Assembleia antes sem a deliberação do CES, questionou a justificativa sobre a FUNED não ter hospital para realização da “fase três” de pesquisa clínica,

questionou também sobre o “ganho para a saúde pública” com o projeto CMC. Ederson fortaleceu a importância do SUS e a necessidade do estado atuar para assistência às suas instituições. O presidente da FUNED informa que a sinergia entre a instituição e a SES. Érico explicou sobre os insumos farmacêuticos, adequações, distribuição e etc. Em regime de votação foi decidido que O CES é contra a proposta do CMC e solicita a suspensão imediata do projeto por 12 (doze) votos, por análise do projeto do CMC após a pandemia covid-19 por 5 (cinco) votos, A favor do projeto do CMC 2(dois) votos e 1(uma) abstenção . Participantes: Ederson Alves da Silva, segmento USUÁRIO – entidade CUT / Lourdes Aparecida Machado, segmento TRABALHADOR – entidade CRP / Renato Almeida de Barros, segmento TRABALHADOR – entidade Sind-Saúde MG / Marília Aparecida, segmento PRESTADOR – entidade AHFMG / Pedro Israel da Cunha, segmento USUÁRIO – entidade CNBB REG LESTE II / Luciene Reis, segmento TRABALHADOR – entidade CRO / Glayson Barbosa segmento TRABALHADOR – entidade CRO / Roberto Santana Lisboa Batista, segmento TRABALHADOR – entidade CRF / Leida Maria de Oliveira Uematu, segmento TRABALHADOR - entidade FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL / Eduardo Araújo Souza, segmento TRABALHADOR – entidade MORHAN / Terezinha de Oliveira Rocha, segmento TRABALHADOR – entidade CRO / Aletéia D'Alcântara Gonçalves Silva, segmento USUÁRIO – entidade FADEMG / Antônio Pádua Aguiar, segmento USUÁRIO – entidade CUT / Romulo Luiz Campos, segmento USUÁRIO – entidade FETAEMG / Gláucia de Fátima Batista, segmento TRABALHADOR – entidade CRESS / Gian Gabriel Guglielmelli – SES / Dayana - coordenação materna-infantil – SES / Geraldo Heleno Lopes, segmento USUÁRIO – entidade FAPMG / Maria Alves de Souza, segmento USUÁRIO – entidade FETAEMG / Janaina Passos de Paula – SES - Sub Secretária de Vigilância e Saúde / Gian Gabriel Guglielmelli / Lígia Camargos / Érico Colen / Érico Colen SES / Maurício Silva Vitor Amaral segmento USUÁRIO – entidade TRANSVIDA / João Pinho SES.

Ausências Justificadas: Fernanda Coelho Machado, segmento USUÁRIO – entidade COLETIVO BIL. Júlio César Pereira Souza, segmento USUÁRIO – entidade FAMEMG.